

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 0500658-34.2020.8.05.0039 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma APELANTE: Advogado (s): APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): ANDREIA ALB-06 APELAÇÃO DEFENSIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO QUE DIFICULTOU OU IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. CRIME CONTRA JOVEM DE 18 ANOS. PRELIMINAR DE NULIDADE POR LINGUAGEM INADEQUADA DA ACUSAÇÃO EM Plenário. NÃO ACOLHIMENTO. MÉRITO. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. TESE ACUSATÓRIA RECEPCIONADA PELO CONSELHO DE SENTENÇA. DECOTE DA QUALIFICADORA RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DO JÚRI. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA À SOBERANIA DOS VEREDICTOS (ART. 5º, XXXVIII, C, DA CF/88). DOSIMETRIA DA PENA QUE MERECE AJUSTE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. I. Extraí-se dos fólios que no dia 29/07/2011, por volta das 22:40h, na Rua do Telégrafo, Bairro Gleba B, Camaçari-BA, desferiu diversos disparos de arma de fogo contra , de 18 anos de idade, causando-lhe a morte. Consta, ainda, que após ser flagrado na posse da arma de fogo utilizada no delito, além de 22 pedras de crack e 02 pedras de cocaína, o recorrente confessou o crime alegando que agiu em “legítima defesa” diante das ameaças proferidas por contra ele. II. Da preliminar de nulidade por linguagem inadequada da acusação em plenário. Eventual menção de palavras injuriosas por parte do agente ministerial faz parte do debate característico do plenário do júri, mesmo porque a defesa não demonstrou objetivamente em que medida as expressões “traficante e bandido” utilizadas pelo Parquet influenciaram na decisão dos jurados. Rejeitada III. Do mérito. A decisão do Tribunal do Júri encontra-se em consonância com o que foi apurado nos autos, de modo que o convencimento dos jurados encontra respaldo em uma das versões apresentadas em plenário. Desta forma, incabível a anulação da decisão. IV. Do pedido de decote da qualificadora de utilização de recurso que dificultou a defesa da vítima. Diante das provas e dos quesitos formulados, os Jurados entenderam pela presença da qualificadora de utilização de recurso que dificultou a defesa do ofendido (surpresa). Diante disso, se é atribuição do Conselho de Sentença votar pela existência (ou não) de uma qualificadora constante da pronúncia, não pode o Tribunal de Justiça, em grau de apelação, decotá-la, sob pena de ofender o princípio da soberania dos veredictos. V. Da dosimetria da pena. A pena-base foi fixada acima do mínimo legal diante da valoração negativa das circunstâncias judiciais conduta social, personalidade, circunstâncias, consequências e comportamento da vítima. Entretanto, ausente fundamentação idônea, a valoração da personalidade e comportamento da vítima devem ser afastadas, ajustando-se a pena-base para 18 anos e 09 meses de reclusão. Na segunda fase, a atenuante da confissão espontânea deve ser reconhecida, ainda que seja qualificada, conforme precedentes do STJ. Feitos os devidos ajustes, a pena definitiva deve ser ajustada para 12 anos e 06 meses. RECURSO CONHECIDO. PRELIMINAR REJEITADA E, NO MÉRITO, PARCIALMENTE PROVIDO. ACORDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de apelação n.º 0500658-34.2020.8.05.0039, oriundos da Vara do Júri da Comarca de Camaçari, em que figura como apelante , e como apelado o Ministério Público do Estado da Bahia. Acordam os Desembargadores integrantes da Primeira Turma Julgadora da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia em CONHECER da apelação e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, tudo nos termos do voto da Relatora. Salvador, . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Conhecido o presente Recurso e dado parcial provimento. Unanimidade. Compareceu a

sessão de julgamento, realizado por videoconferência, para fazer sustentação oral o advogado . Salvador, 13 de Setembro de 2022. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 0500658-34.2020.8.05.0039 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma APELANTE: Advogado (s): APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): RELATÓRIO

Cuida-se de apelo interposta por contra sentença prolatada pelo Juízo da Vara do Júri e Execuções Penais da Comarca de Camaçari, que o condenou a uma pena individualizada de 16 (dezesesseis) anos e 03 (três) meses de reclusão pela imputação da prática do crime de homicídio qualificado por recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima. Após a decisão de pronúncia, o réu foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, ocasião em que o Conselho de Sentença acolheu a tese acusatória da prática do delito de homicídio qualificado pelo recurso que dificultou a defesa da vítima. Irresignado, o recorrente interpôs o presente recurso pleiteando a nulidade do julgamento com base na alegação de que a linguagem inadequada utilizado pelo Ministério Público em plenário influenciou o julgamento dos integrantes do conselho de sentença. No mérito sustenta que a decisão dos jurados encontra-se manifestamente contrária à prova dos autos. Por fim, postula subsidiariamente a fixação da pena-base no mínimo legal, a aplicação da atenuante da confissão espontânea, bem como a exclusão da qualificadora prevista no § 2º, inciso IV, art. 121 do CP. Em sede de contrarrazões, o Ministério Público manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento do recurso (ID 32402975). Instada, a douta Procuradoria de Justiça emitiu pronunciamento pelo provimento parcial do recurso (32972600). É o relatório, que submeto à apreciação do Desembargador Revisor. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 0500658-34.2020.8.05.0039 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma APELANTE: Advogado (s): APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): ALB-06 VOTO Conheço do recurso, visto que atendidos os pressupostos para sua admissibilidade e processamento. De acordo com os autos, no dia 29/07/2011, por volta das 22:40h, na Rua do Telégrafo, Bairro Gleba B, Camaçari-BA, desferiu diversos disparos de arma de fogo contra , causando-lhe a morte. Consta ainda que, após diligências policiais, o acusado foi flagrado na posse da arma de fogo utilizada no delito, qual seja, um revólver, calibre 38, marca Rossi, série AA431643, além de 22 pedras de crack e 02 pedras de cocaína. Na ocasião, o denunciado confessou os fatos alegando que a motivação do crime teria sido em razão de ameaças proferidas por contra ele. Ademais, informou que a arma do crime foi comprada em Salvador-BA. I. Da preliminar de nulidade da decisão. De acordo com a defesa, “durante o Júri, o r. Promotor de Justiça fez a todo instante referência ao acusado, ora apelante, com a utilização de fortes qualificativos depreciativos de forma a induzir o Conselho de Sentença”, de modo que, “ as ações penais que estavam em andamento já se encontram arquivadas, quer seja pela absolvição do acusado, impronúncia ou reconhecimento de causa de extinção da punibilidade, de modo que não existe nenhum subsídio para o órgão ministerial chamar o acusado de “ bandido” , de modo a induzir a erro os jurados.” Sobre o tema, é importante consignar que durante os debates, as partes não poderão fazer referências à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado; ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta

de requerimento, em seu prejuízo, sob pena de nulidade da decisão. Em outro giro, eventual menção de palavras injuriosas por parte do agente ministerial faz parte do debate característico do plenário do júri, mesmo porque a defesa não demonstrou objetivamente em que medida as expressões “traficante” e “bandido” utilizadas pelo promotor influenciaram na decisão dos jurados. Destaca-se que nos autos há informações desabonadoras sobre o réu, inclusive, em juízo, o policial afirmou que existe uma facção criminosa chamada MK onde “Mequinho”, ora recorrente, lidera a referida facção em Camaçari, e que isso é fato público e notório. De qualquer modo, o pedido condenatório restou adstrito à qualificadora descrita na denúncia (121, § 2º, inciso IV), de modo que os quesitos foram formulados com base nesta imputação. Noutras palavras, o corpo de jurados não foi instado a manifestar-se acerca das expressões injuriosas proferidas pelo acusador, razão pela qual a alegação de nulidade merece ser rechaçada. II. Do mérito. Da alegação de julgamento contrário à prova dos autos. A defesa se insurge contra a tese acolhida pelo Conselho de Sentença com base na alegação da inexistência de lastro probatório, ainda que mínimo, capaz de sustentar decisão de condenação, eis que o julgamento atentou contra as evidências dos autos. Pois bem. O recurso contra decisão do Tribunal do Júri encontra-se vinculado às hipóteses previstas no art. 593, III, do CPP, com efeito devolutivo limitado à matéria impugnada, consoante Súmula nº 713 do STF. Como se sabe, a decisão do Conselho de Sentença somente poderá ser cassada quando estiver manifestamente contrária às provas dos autos, isto porque a soberania dos veredictos é garantia constitucional materializada em cláusula pétrea (art. 5º, XXXVIII, alínea c, da CF). Ressalte-se que o uso do termo manifestamente torna clara a imprescindibilidade de que o decisum prolatado seja frontalmente incompatível com a prova produzida no âmbito do processo, em consonância com o que preceituam Ada Pellegrini Grinover, e : (...) Admite, finalmente, o Código apelação contra a decisão dos jurados que for manifestamente contrária à prova dos autos (art. 593, III, d), podendo o Tribunal determinar novo julgamento (art. 593, § 3º). Com isso o legislador permitiu, em casos de decisões destituídas de qualquer apoio na prova produzida, um segundo julgamento. Prevalecerá, contudo, a decisão popular, para que fique inteiramente preservada a soberania dos veredictos, quando estiver amparada em uma das versões resultantes do conjunto probatório. Se o Tribunal de Justiça, apesar de haver sustentáculo na prova para a tese vencedora, ainda que não seja robusta, determinar erroneamente novo julgamento, seria até mesmo cabível recurso especial ao STJ ou habeas corpus ao STF, a fim de que venha a subsistir a vontade do Conselho de Sentença e ser assegurada a soberania de seus veredictos (...) (Grifei). De modo similar, lecionam e : (...) Mas é preciso ter extremo cuidado. Não se poderá pleitear a nulificação do que decidido pelo Júri se houver nos autos provas que amparem tanto a condenação quanto a absolvição. Nesse caso, não se está diante de decisão manifestamente contrária à prova dos autos, mas unicamente de adoção pelo júri (pelo seu livre convencimento, sequer motivado – uma exceção ao art. 95, IX, CF/88) de uma das teses amparada por provas presentes nos autos. Nessas situações, não há de se falar em admissibilidade do recurso de apelação forte no art. 593, III, 'd', CPP (...) (Grifei). Logo, para o cabimento de recurso com base na respectiva alínea, exige-se que a decisão dos jurados seja totalmente divorciada do conjunto probatório carreado aos autos, ou seja, não se apoie em nenhuma prova ou elemento informativo. É, na verdade, decisão arbitrária e, portanto, inadmissível. Situação

diferente ocorre quando o Conselho de Sentença opta por uma das teses apresentadas em plenário, com embasamento no lastro probatório constante dos autos. Isso porque o Tribunal do Júri forma sua íntima convicção com respaldo nas provas apresentadas, sejam elas favoráveis ou desfavoráveis ao réu. Noutras palavras, face a soberania dos veredictos, a este Órgão jurisdicional compete analisar tão somente se há prova judicializada capaz de sustentar a decisão dos jurados. No caso em exame, a materialidade delitiva é incontroversa e está devidamente comprovada nos autos, através do Exame de Corpo de Delito Direto (fls.20/25) No que concerne a autoria delitiva, a prova oral produzida sob o crivo do contraditório e da ampla defesa revela o envolvimento do acusado com o crime em questão. Nota-se que o cenário descrito pelo acusado e pelas testemunhas de acusação corrobora com as provas colhidas nos autos. Isso porque restou apurado que no dia do ocorrido, o réu foi, voluntariamente, ao encontro do seu algoz, mesmo tendo sido avisado por que a vítima estaria no referido local. Mais ainda. Em sede policial, o recorrente afirmou que comprou uma arma com antecedência, e no dia do fato, foi até o ofendido armado, e deu o primeiro tiro. Em plenário, o acusado confirmou o ocorrido, alegando que havia brincado com a namorada do réu, e que ao fazer uma brincadeira com ela, o réu o ameaçou de morte; que no dia do fato, ao encontrar o acusado, este colocou a mão na mochila, motivo pelo qual entrou em luta corporal com ele, tomou a sua arma, e atirou contra ele afirmando que, em verdade, a arma pertencia à vítima. (...) Em juízo afirmou, ainda, que atirou mais de uma vez, e colocou a arma no saco; que pegou o saco porque a arma estava em sua mão; (...) Destarte, diferente do quanto sustentado pela defesa, a autoria e a materialidade delitiva encontram-se devidamente comprovadas pelo acervo probatório reunido ao longo do Inquérito e da instrução processual. No presente caso, restou demonstrado que o recorrente planejou o crime, indo ao encontro de seu algoz munido de arma de fogo com o objetivo de assassiná-la em razão de um desentendimento banal entre eles. E mais. Apesar de alegar que tinha sido ameaçado pela vítima, em nenhum momento o acusado tratou de procurar a polícia para noticiar as supostas ameaças ou apresentou testemunhas que comprovassem a versão sustentada por ele. Com isso, não há que se falar em legítima defesa, pois, ainda que restasse comprovada a conduta criminosa da vítima, era plenamente possível ao réu, dada a situação do caso, ter realizado outro comportamento que não o de matá-la. À guisa de entendimento, não parece minimamente razoável que alguém ameaçado de morte vá espontaneamente ao encontro de seu algoz, armado, em um local isolado, sabendo que este queria matá-lo. Portanto, como foi demonstrado, não há contrariedade ao art. 593 , III, d , do Código de Processo Penal, pois existem elementos de prova aptos a sustentar a tese escolhida pelo Conselho de Sentença. Assim sendo, não compete a este Tribunal dizer se a solução adotada pelo Conselho de Sentença foi a mais acertada, sobretudo porque tal decisão está em consonância com os elementos probatórios. III. Da exclusão da qualificadora prevista no inciso IV do § 2º do art. 121 do CP (recurso que impossibilitou a defesa do ofendido). O entendimento anteriormente manifestado sobre a soberania dos veredictos também deve ser adotado em relação à agravante reconhecida pelo Conselho de Sentença. Ao interpretar as provas e responder aos quesitos formulados, os Jurados entenderam também pela presença da qualificadora de recurso que dificultou a defesa do ofendido (surpresa), não sendo viável modificar a decisão soberana dos jurados. Isso porque, ao saber que estava naquela localidade, o acusado foi ao seu encontro, e, de surpresa, proferiu os disparos contra a vítima,

sem que esta pudesse esboçar qualquer tipo de reação ou defesa. Neste ponto, vale anotar que a vítima não esperava pelas agressões, tanto que estava na rua, desprotegida, até o instante em que o réu, de inopino, sacou uma arma de fogo e atirou contra ela. Diante disso, se é atribuição do Conselho de Sentença votar pela existência (ou não) de uma qualificadora constante da pronúncia, não pode o Tribunal de Justiça, em grau de apelação, decotá-la, sob pena de ofender o princípio da soberania dos veredictos. III. Da dosimetria da pena. De pronto, convém ressaltar que a individualização da pena é submetida aos elementos de convicção judiciais acerca das circunstâncias do crime, dentro dos parâmetros da discricionariedade regrada previstos na legislação pátria. Sobre o tema, os artigos 59, 61 a 67 do Código Penal estabelecem parâmetros que devem nortear o julgador, sem, contudo, estabelecer critérios objetivos. Neste sentido: (STF – HC: 184708 SP 0091133–39.2020.1.00.0000, Relator: , Data de Julgamento: 24/08/2020, Primeira Turma, Data de Publicação: 31/08/2020) No presente caso, o Conselho de Sentença considerou o réu culpado pela prática de homicídio qualificado. Em relação à dosimetria da pena, na primeira fase, a juíza de origem valorou negativamente algumas circunstâncias judiciais, com base nas seguintes razões: [...]”1) A culpabilidade do réu foi efetiva, uma vez que agiu com dolo direto e extremamente elevado, sendo-lhe perfeitamente exigível conduta diversa e amoldada aos valores juridicamente resguardados, possuindo, outrossim, consciência plena da ilicitude de seu ato, sendo penalmente imputável e tornando assim sua conduta reprovável e merecedora de forte e pronto reproche do corpo social a que pertence;2) o réu, pelo que se infere dos autos, registra antecedentes desabonadores, o que demonstra que o processo em epígrafe não é um fato isolado em sua vida; 3) a conduta social não lhe favorece, haja vista que desde a adolescência, pauta a sua vida pelo mundo do crime tanto que respondeu a duas representações que tramitou na Vara da Infância e Juventude aos autos de nº 0004386–92.2010.8.05.0039 (ato infracional análogo ao crime de receptação) e autos nº 00004362–64.2010.8.05.0039 (ato infracional análogo ao crime de roubo circunstanciado), além de ter respondido a mais dois processos nessa vara autos nº 0504202–06.2015.8.05.0039, onde foi impronunciado em razão de nenhuma das testemunhas terem sido encontradas e da vítima sobrevivente já ser falecida, e autos nº 0304528–52.2012.8.05.0039, onde o Conselho de Sentença desclassificou o delito para homicídio culposo, mas que ainda está em grau de recurso;não se olvidando de que respondeu a ação penal 0304534–20.2016.8.05.0039 acusado dos delitos tipificados no artigo 288, parágrafo único do Código Penal e arts. 14 e 16, parágrafo único, inciso IV da Lei 10.826/03 onde foi absolvido com base no art. 38, inciso VII, do CPP (falta de prova suficiente para a condenação); e também respondeu a ação penal nº 0009182–92.2011.8.05.0039 pelos delitos de posse de arma de fogo e tráfico de drogas, onde teve a extinção da punibilidade reconhecida em face da prescrição; 4) pelo pouco que se apurou, o acusado demonstra personalidade desajustada e distorcida dos padrões de civilidade socialmente exigidos, tanto que é apontado pela Secretaria de Segurança Pública, que é um dos líderes da facção denominada de “MK”onde a letra M seria uma referência a inicial do apelido do sentenciado, qual seja, “Meiquinho”, agindo com despeso para com a vida humana, evidenciando total destemor às instituições e autoridades constituídas, além de descontrole emocional e predisposição agressiva desarrazoada que merece ser combatida; 5) os motivos do crime, embora sejam exigidos pelo tipo penal, afiguram-se injustificáveis e merecem expressa censura; 6) as circunstâncias do crime

não beneficiam ao réu, uma vez que assassinou a vítima, após encontrá-la em via pública, por volta das 22 horas e 40 minutos, para que em seguida, segundo a versão do próprio sentenciante, se apropriar de uma sacola que continha drogas e que seria de propriedade da vítima e mantê-la em seu poder de forma clandestina, a qual só foi entregue as autoridades constituídas, após sua prisão; 7) as consequências do delito, foram extremamente graves, uma vez que foi ceifada prematuramente a vida de um jovem de apenas 18 (dezoito) anos de idade, no início da vida adulta, causando uma dor que não tem nome a seus familiares, mormente em sua genitora, que teve de sepultar o seu corpo e foi privada do seu convívio até o fim dos seus dias; e 8) por derradeiro, não se pode afirmar que o comportamento da vítima contribuiu para o êxito da empreitada criminosa. Diante das circunstâncias judiciais acima balizadas e que se apresentam em sua maioria, desfavoráveis ao acusado, entre elas a conduta social, personalidade, circunstâncias, consequências do delito e comportamento da vítima, tenho que se acha perfeitamente recomendado o estabelecimento da reprimenda básica acima do patamar mínimo legal" (...) Como foi demonstrado, a juíza a quo valorou a conduta social, personalidade, circunstâncias, consequências e comportamento da vítima, fixando a pena-base em 19 anos e 06 meses de reclusão. a) Em relação à conduta social, o magistrado baseou-se no histórico criminal do réu. Neste quesito, a doutrina ensina que não é possível incluir fatos relacionados à própria prática delitiva. Trata-se do comportamento do agente no seio social, familiar e profissional, sem se confundir com os antecedentes e a reincidência, os quais são reservados para fatos ilícitos (criminosos). (SCHMITT, 2014). Noutras palavras, tal circunstância diz respeito à inserção do agente em seu meio, que compreende o comportamento do agente na comunidade onde vive ou em seu grupo familiar. No caso em análise, o concreto desvio comportamental do réu diz respeito ao seu envolvimento com facção criminosa ligada ao tráfico de drogas, no papel de liderança, inclusive isso era fato público e notório na Cidade, conforme afirmou em juízo a testemunha. Tal comportamento se mostra suficiente para valorar negativamente a aludida circunstância. Neste sentido: PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. HOMICÍDIO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. DOSIMETRIA. MAUS ANTECEDENTES E CONDUTA SOCIAL. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. DESPROPORCIONALIDADE DA PENA NÃO EVIDENCIADA. WRIT NÃO CONHECIDO. (...) 4. Quanto à conduta social, para fins do art. 59 do CP, esta corresponde ao comportamento do réu no seu ambiente familiar e em sociedade, de modo que a sua valoração negativa exige concreta demonstração de desvio de natureza comportamental. In concreto, o envolvimento do réu com organização criminosa, que domina a comunidade onde reside, além do fato dele portar arma de fogo de forma ostensiva, permitem a valoração negativa da conduta social. Precedente. (...) (STJ – HC: 524512 RJ 2019/0224992–6, Relator: Ministro , Data de Julgamento: 17/09/2019, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/09/2019) Diante disso, afasta-se a motivação lançada pela juíza de origem, valorando-se desfavoravelmente o comportamento do acusado em razão de seu papel em grupo criminoso ligado ao tráfico de entorpecentes. b) Em relação à personalidade do acusado, esta resulta da análise do seu perfil subjetivo, no que se refere a aspectos morais e psicológicos, para que se afira a existência de caráter voltado à prática de infrações penais, com base nos elementos probatório dos autos, aptos a inferir o desvio de personalidade de acordo com o livre convencimento motivado, independentemente de perícia. No presente caso, a fundamentação utilizada pela juíza a quo para valorar a personalidade do acusado no

sentido de que ele é apontado como o chefe de uma facção criminosa que atua em Camaçari deve ser utilizada na conduta social, conforme acima demonstrado. Diante disso, à míngua de elemento idôneo, a análise da personalidade deve ser afastada. c) Quanto às circunstâncias do crime, como se sabe, estas possuem relação com o modus operandi veiculado ao evento criminoso. Restou demonstrado que no dia do ocorrido, por volta das 22:40h, em plena via pública, o réu foi ao encontro da vítima munido de um revólver, após ser avisado de que ela estaria naquele local. Ao encontrá-la, deflagrou três tiros em sua cabeça, tomando-lhe o saco de drogas que ela portava, sem demonstrar nenhuma preocupação ou temor pelos seus atos, mesmo porque confessou em sede policial que “estava tirando onda de valente no bairro para fazer nome” e que “não iria deixar fazer nome em cima dele”. Tal entendimento encontra amparo na jurisprudência do STJ, conforme se vê do julgado adiante colacionado: (...) 4. Válida a fundamentação empregada para valorar negativamente as circunstâncias judiciais da culpabilidade e da circunstâncias do delito, a primeira considerando a realização de 6 disparos pelo autor, dos quais 4 atingiram a vítima, e a segunda considerando a execução em via pública, pondo em risco também a integridade física de terceiros (HC n. 420.344/RJ, Ministra , Sexta Turma, DJe 14/8/2018); (AgRg no REsp 1753304/PA, Rel. Ministro , SEXTA TURMA, DJe 13/11/2018) d) Sobre as consequências do delito, estas incrementam a sanção apenas se for demonstrado que se apresentam como consectários deletérios anormais do delito para a vítima ou para terceiros. De acordo com os autos, o denunciado ceifou prematuramente a vida de um jovem que acabara de completar 18 anos de idade, e não representava perigo ao réu, tanto que estava desarmado no momento do crime. Neste sentido, o dano causado ao bem jurídico tutelado se revela superior ao inerente ao tipo penal, entendimento que, a propósito, é adotado pelo Superior Tribunal de Justiça: (...) Ao analisar os autos não constatei o suscitado constrangimento ilegal na fundamentação utilizada para negativar a vetorial – consequência do delito – em relação ao crime cometido contra a vítima , tendo em vista que o paciente privou, de forma precoce e abrupta, seus familiares, e em especial, a sua mãe – que a viu morrer na sua frente – de sua convivência, dado que perdeu sua filha de apenas 19 anos de idade, a qual possuía toda a perspectiva de uma vida útil e produtiva à sua frente, pois estudava, trabalhava e possuía o sonho de constituir sua própria família, além de causar-lhe sofrimento psicológico incomensurável. Precedentes. [...] – Agravo regimental não provido (AgRg no HC 499.458/MS, Rel. Ministro , QUINTA TURMA, DJe 5/8/2019). (...) 2. Deve prevalecer a orientação da Quinta Turma, no sentido da idoneidade da fundamentação, pois a tenra idade da vítima (menor de 18 anos) é elemento concreto e transborda aqueles ínsitos ao crime de homicídio, sendo apto, pois, a justificar o agravamento da pena-base, mediante valoração negativa das consequências do crime, ressalvada, para evitar bis in idem, a hipótese em que aplicada a majorante prevista no art. 121, § 4º (parte final), do Código Penal. 3. Agravo regimental improvido.” (AgRg no REsp 1.851.435/PA, Rel. Ministro , TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/2020, DJe 21/09/2020) Diante disso, as circunstâncias do delito não podem ser consideradas insuficientes ou carentes de motivação para amparar a exasperação, tal como alegado pela defesa. e) Em outro giro, o comportamento da vítima é circunstância que deve ser valorada favorável ao réu ou neutra, conforme tenha ocorrido ou não a contribuição da vítima para o delito. Não serve, assim, para justificar a exasperação da pena-base. Sobre o tema, SCHMITT (2014) explica que o magistrado deverá

ficar atento, pois esta circunstância judicial não pode ser valorada para fins de recrudesimento da pena-base do condenado. Neste mesmo sentido: (AgInt no REsp n. 1.711.875/AL, Ministro , Sexta Turma, DJe 30/4/2019); (STJ – HC: 476806 SP 2018/0288338–6, Relator: Ministro , Data de Julgamento: 06/06/2019, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/06/2019). Desse modo, a valoração negativa realizada pela juíza de origem em relação ao comportamento da vítima e a personalidade do réu devem ser afastadas, mantendo-se a avaliação da conduta social, circunstâncias e consequências do crime. Quanto ao cálculo de cada circunstância desfavorável, esta relatora utiliza o mesmo critério seguido por este Tribunal de Justiça, realizado da seguinte forma: subtrai-se o máximo do mínimo da pena cominada em abstrato referente ao crime de homicídio qualificado (30 anos – 12 anos = 18 anos), de modo que o resultado corresponde ao aumento de 27 meses para cada circunstância desfavorável, de modo que a pena-base deve ser ajustada para 18 (dezoito) anos e 09 (nove) meses de reclusão. Na segunda fase, a atenuante da confissão espontânea deve ser reconhecida, ainda que tenha sido parcial ou qualificada, seja ela judicial ou extrajudicial, e mesmo que o réu venha a dela se retratar, quando a manifestação for utilizada para fundamentar a sua condenação, nos moldes da Súmula 545/STJ, a atenuante Ressalva-se que no caso de julgamento realizado pelo Tribunal do Júri, apesar da dificuldade em se concluir pela utilização pelos jurados da confissão espontânea para justificar a condenação, o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que é suficiente que a tese defensiva tenha sido debatida em plenário, seja ventilada pela defesa técnica ou alegada pelo réu em seu depoimento. In casu, o réu confessou o crime, apesar de alegar suposta legítima defesa, situação que impõe o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea. Mantida a atenuante da menoridade, a pena-base deve ser atenuada em 2/6. Ausente circunstância agravante, causa de aumento e diminuição, a pena definitiva passa a ser de 12 (doze) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime fechado. Conclusão Ante o exposto, CONHEÇO do RECURSO, REJEITO A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO. Sala das Sessões, de 2022. PRESIDENTE Desa. Relatora PROCURADOR (A) 1 GRINOVER, Ada Pellegrini; , ; . Recursos no Processo Penal. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, pp. 123–124. 2 OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de; Douglas. Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 1161..